

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE FILOSOFIA
PARA O ENSINO MÉDIO

**O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM FOUCAULT: CONVITE
À RESISTÊNCIA À HOMOFOBIA PRESENTE DENTRO DOS
MUROS DA ESCOLA**

CURITIBA

2015

MÁRCIO LUÍS HASSLER

**O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM FOUCAULT: CONVITE
À RESISTÊNCIA À HOMOFOBIA PRESENTE DENTRO DOS
MUROS DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – apresentado como
requisito à conclusão do Curso de Especialização em Ensino de
Filosofia para o Ensino Médio do Departamento de Filosofia,
Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.
Profª Orientadora: Maria Adriana Camargo Capello

CURITIBA

2015

RESUMO

Compreender o sentido da educação, o papel da escola e da prática pedagógica e as suas relações com a sociedade e com as demandas sociais se faz necessário e fundamental nos dias atuais, sobretudo preocupando-se com as diversidades, e neste âmbito, com a questão da homossexualidade. Ensinar e aprender são processos que exigem e resultam em uma grande interação entre todos os atores do processo ensino-aprendizagem: o aluno, o professor e a própria escola, onde todos merecem e devem ser respeitados.

É necessária a defesa de uma educação multicultural, tendo a escola enquanto instituição, uma importância fundamental mediante seu papel na sociedade atual, refletindo e educando a respeito das situações que possivelmente levam a situações de discriminação e preconceitos, bem como levantar discussões e conscientização para combater tais atitudes.

Dessa forma, o território conceitual da filosofia, com o seu legado de ser um dos pilares de sustentação e desenvolvimento da civilização ocidental deve ter o compromisso de zelar pela formação cidadã, que deve, sobretudo, perpassar pelo respeito aos Direitos Humanos, entre eles, o direito de cada um de assumir a sua orientação sexual.

Palavras-chave: Educação – Filosofia – Foucault – Homossexualidade

ABSTRACT

Understanding the meaning of education, the role of schools and teaching practice and its relations with society and the social demands its necessary and important today, especially worrying about diversities, and in this context, with the homosexuality. Teaching and learning are processes that require and result in a great interaction between all actors in the teaching-learning process: the student, the teacher and the school itself, where everyone deserves and must be respected.

Is required the defense of a multicultural education, and the school as an institution is needed, a fundamental importance by its role in today's society, reflecting and educating about the situations that possibly lead to discrimination and prejudice, and raise discussions and awareness to fight such attitudes.

Thus, the conceptual territory of philosophy, with its legacy of being one of the pillars of support and development of Western civilization must be committed to ensuring the civic education, which must, above all, pervade the respect for human rights, including, the right of everyone to assume their sexual orientation.

Keywords: Education - Philosophy – Foucault – Homosexuality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1: O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM FOUCAULT.....	13
As “vontades” em Foucault – Vontade de Saber e Vontade de Poder.....	14
Os dispositivos em Foucault – Dispositivos Sociais e Dispositivos Sexuais.....	19
Linhas de Fuga	24
CAPÍTULO 2: O PRECONCEITO E A HOMOFOBIA NA ESCOLA.....	26
O enfrentamento do conflito pelo e no espaço escolar.....	31
CAPÍTULO 3: A DISCIPLINA DE FILOSOFIA E O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA PELO E NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE CURSO.....	35
Plano de Curso.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

As inquietações com a temática deste trabalho – homossexualidade e homofobia no espaço escolar – surgiram de minha experiência profissional na educação e das observações propiciadas pelo trabalho em sala de aula. A discussão dessa temática revela questões recorrentes ao longo de toda uma trajetória profissional: compreender o sentido da educação, o papel da escola e da prática pedagógica e as suas relações com a sociedade e com as demandas sociais.

Na vivência em sala de aula percebeu-se, com o passar do tempo, ao longo da convivência com os alunos, que ensinar e aprender são processos que exigem e resultam em uma grande interação entre todos os atores desse processo, o processo ensino-aprendizagem; atores estes que serão especificados neste trabalho em número de três: de um lado, a figura do professor; de outro, a figura do aluno; perpassando por esses atores se encontra o próprio ambiente escolar (a escola, o colégio, enquanto instituição de ensino), com os valores e saberes que ele representa, onde se passa todo o processo aqui abordado. Interação esta que se torna mais rica, quando os educadores conhecem os alunos, sabem como vivem, suas lógicas de aprendizagens, como se relacionam com os saberes e valores instituídos e difundidos pela Escola, e como merecem ser respeitados nesse espaço.

Na estrutura de ensino e de escola pública da educação básica que vivemos atualmente, tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal, com salas de aula lotadas, com um elevado número de alunos por turma, com um elevado número de aulas semanais para cada professor e em um contexto sócio econômico como o que se observa nos dias de hoje, com baixos salários e uma não valorização dos profissionais da educação em nosso país, fica muito complicado falar que esse mesmo professor, que não é valorizado como deveria ser, que se obriga a dobrar, ou até triplicar sua jornada diária de trabalho para que seu salário consiga, no mínimo, proporcionar um padrão de vida digno, deva conhecer seus alunos para melhor trabalhar com eles, como determina a ética de qualquer licenciado em qualquer disciplina que seja. Como, dessa forma, falar em conhecer os alunos, saber como vivem, suas lógicas de aprendizagens, como se relacionam, seus saberes, seus valores?

Sem dúvida nenhuma, para que isso aconteça, urge uma reestruturação do sistema de ensino e uma maior valorização do professor enquanto profissional de ensino.

Mesmo assim, continuamos acreditando que conhecer mais sobre os saberes, sobre os valores, sentidos e significados construídos pelos jovens em sua passagem pela escola, poderia ajudar muito na relação professor-aluno e na apropriação, por alunos e professores, dos saberes escolares.

O Ministério da Educação, através da Resolução Nº 04 de 13 de Julho de 2010, coloca em seu Artigo 4º que as bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com diversos princípios, entre os quais podemos destacar o princípio de igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola e o princípio de respeito à liberdade e aos direitos, entre os diversos citados no documento. Considerando a liberdade de expressão e o direito de assumir e viver sua própria orientação sexual, a escola deve, dessa forma, se colocar como um ambiente saudável e livre de preconceitos de qualquer natureza.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, aos quais, posteriormente, se agrega a necessidade de capacitar a todos para participarem efetivamente de uma sociedade livre.

Nas últimas décadas, tem se firmado, ainda, como resultado de movimentos sociais, o direito à diferença, como também tem sido chamado o direito de grupos específicos verem atendidas suas demandas, não apenas de natureza social, mas também individual. Ele tem como fundamento a ideia de que devem ser consideradas e respeitadas as diferenças que fazem parte do tecido social e assegurado lugar à sua expressão. O direito à diferença, assegurado no espaço público, significa não apenas a tolerância ao outro, aquele que é diferente de nós, mas implica a revisão do conjunto dos padrões de relações da sociedade, exigindo uma mudança que afeta a todos, o que significa que a questão da identidade e da diferença tem caráter político. O direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos das crianças, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, das pessoas portadoras de deficiência, entre outros, direitos que, para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos. (Brasil, 2013).

Os direitos civis, políticos e sociais focalizam, pois, direta ou indiretamente, o tratamento igualitário, e estão em consonância com a temática da igualdade social. Já o direito à diferença busca garantir que, em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais, de cor/ raça/etnia, gênero, idade, orientação sexual, entre outras. Em decorrência, espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que em torno delas não se construam mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos. (Brasil, 2013: 105)

Trata-se, portanto, de compreender como as identidades e as diferenças são construídas e que mecanismos e instituições estão implicados na construção das identidades, determinando a valorização de uns e o desprestígio de outros. É nesse contexto que emerge a defesa de uma educação multicultural, tendo a escola enquanto instituição, uma importância fundamental mediante seu papel na sociedade atual.

Considerando essa realidade, segundo observações diárias no ambiente escolar enquanto espaço de vivência, onde estão presentes o preconceito e a discriminação, especificamente contra a diversidade de orientação sexual (homossexualidade) – o que atenta contra o ideal assumido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, propostas pelo Ministério da Educação e Cultura, segue-se que se faz fundamental refletir a respeito das situações que possivelmente levam a este estado de coisas, bem como levantar discussões e conscientização para combater tais atitudes.

No que tange especificamente ao ensino de Filosofia, de acordo com seus princípios básicos, enquanto disciplina, e de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação, do Ministério da Educação e Cultura, e da Lei de Diretrizes e Bases, no que diz respeito ao grupo denominado Ciências Humanas, grupo no qual essa disciplina se encontra, está previsto o desenvolvimento de

habilidades e competências que permitem ao educando uma série de ações – cognitivas, éticas e políticas – balizadoras para a construção de jovens conscientes, críticos, autônomos e atuantes nas esferas política, social, familiar e civil. Muitas dessas ações, que a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias prevê formar no educando, encontram na filosofia sua morada. [...] Educar objetivando instituir competências e habilidades de compreensão dos elementos cognitivos, afetivos sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros; compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-os aos direitos e deveres da cidadania e à justiça; traduzir o conhecimento sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais

em indagações de problemas ou questões da vida pessoal significa estabelecer um diálogo aberto com as tradições filosóficas. (Mattar; Tomazetti e Danelon, 2013: 126-127)

Numa pequena reflexão sobre o aluno e os conhecimentos necessários para a aplicação das ações previstas como tarefa formativa do mesmo no Ensino Médio, observa-se um território absolutamente fértil e repleto de possibilidades para o exercício da aplicabilidade dos conceitos filosóficos estudados e adquiridos em sua jornada pessoal. De fato, o território conceitual da filosofia, com o seu legado de ser um dos pilares de sustentação e desenvolvimento da civilização ocidental deve ter o compromisso de zelar pela formação cidadã, que deve, sobretudo, perpassar pelo respeito aos Direitos Humanos, entre eles, o direito de cada um de assumir a sua orientação sexual.

Ainda se referindo ao estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Mattar, Tomazetti e Danelon (2013) colocam que

para além do conteúdo normativo, as Diretrizes apontam princípios éticos, estéticos e políticos [...] que não somente subsidiem, mas que se façam presentes na prática administrativa do sistema de ensino, na convivência escolar, nas situações de ensino/aprendizagem, na organização curricular, além de iluminar a formulação e a implementação de políticas educacionais. Emergem das Diretrizes, os princípios que devem envolver todos os implicados na experiência educativa, e constituem-se numa: a) Estética de Sensibilidade [...] b) Política de Igualdade [...] c) Ética da Identidade [...]. São princípios que refletem um grau singular de profundidade reflexiva e amadurecimento educacional que tornam as Diretrizes um documento particularmente profícuo em conteúdo, transcendendo a aridez burocrática da forma. (124)

Assim sendo, como a filosofia pode contribuir para a conscientização e elucidação de preconceitos advindos da educação heterossexual predominante em nossa sociedade? Como promover ações de minimização de atitudes discriminatórias no seio do ambiente escolar? Como fazer com que a homofobia deixe de ser um problema crítico na escola, a ponto de fazer com que esses sujeitos (homossexuais) deixem de frequentá-la? Se o próprio Ministério da Educação e Cultura coloca o respeito da igualdade de direitos entre e para com todos, como fazer com que isso deixe de ser um problema na escola? Considerando que a disciplina de Filosofia tem como ação prevista

a tarefa formativa de sujeitos esclarecidos, críticos e atuantes em nossa sociedade, e que trabalha preceitos básicos de ética, política e estética, como esse aporte conceitual pode estar sendo utilizado para formar cidadãos menos preconceituosos e discriminatórios, capazes de respeitar as diferenças de orientação sexual, no nosso caso específico, a orientação sexual pela homossexualidade?

Concluamos, então, esta introdução, com a indicação sobre o modo pelo qual abordaremos o encontro da reflexão teórica e, mais especificamente, filosófica, com o tema da homossexualidade bem como sobre a possibilidade de renovar esse encontro no ambiente escolar.

Inicialmente, algumas palavras sobre a construção do preconceito em relação à homossexualidade que acaba por atingir o ambiente escolar.

No ano de 1869, o médico húngaro Karoly Maria Benkert cria o termo ‘homossexualismo’, no contexto do discurso da medicina ocidental, com a intenção de caracterizar uma forma de comportamento que, na época, era considerada ‘desviante’ e ‘perversa’, praticada entre pessoas do mesmo sexo (Furlani, 2007). Assim sendo, se for considerada a data de criação do termo, o sujeito homossexual só passa a existir, na história da humanidade, a partir do século XIX.

O sufixo *ismo* ao ser incorporado, reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal) para os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso. A partir do momento em que este tipo de atração erótica começou a ser re-significado pelas ciências do século XX, o termo homossexualidade [...] passou a ter a preferência de muitas pessoas por referir a este tipo de relacionamento, não como uma condição desviante ou doença, mas sim, como uma possibilidade legítima de homens e mulheres viverem seus afetos e prazeres. Hoje, igualmente positivos, contudo, com compreensões distintas, dependendo de cada autor(a), a homossexualidade pode também ser apresentada pelas palavras homoerotismo, homoafetividade, homoconjugalidade (Furlani, 2007).

A homossexualidade, assim como a heterossexualidade e a bissexualidade, constitui o que se define como a orientação sexual de cada pessoa, entendido como o ‘desejo sexual’, relativizado de acordo com as muitas possibilidades de prazer. Dessa forma, orientação sexual não deve ser entendida como prática sexual, que são as formas como as pessoas fazem, praticam o sexo; nem entendida como identidade sexual, que é

a forma como a pessoa se sente ou é nominada a partir de suas práticas sexuais (Cardoso, 1996).

Mott (2009) coloca que

segundo especialistas em sexualidade humana, todos somos originalmente bissexuais – cabendo à moral dominante a canalização de nossa libido apenas para uma direção – a heterossexualidade. Fazemos parte de uma sociedade intolerante e heterossexista: só é legítimo e permitido o sexo do tipo “papai-mamãe”, todas as demais expressões eróticas são pecado, crime ou tratadas como aberração. Até o uso da camisinha e da pílula anticoncepcional é considerado pecado pelos religiosos mais conservadores.

Considera-se assim que a sexualidade não é fruto do instinto, mas uma construção cultural (Ford & Beach, 1952; Guerin, 1980; Sullivan, 1996). Nossa sociedade determina e normatiza o que é certo ou o que é errado, e entre essas normatizações estão também os comportamentos que se estabelecem como “normais” dentro dessa sociedade. O que foge a esses padrões pré-estabelecidos pela sociedade vai ser considerado errado, imoral, impuro.

Se, na sociedade em que se vive, a homossexualidade é significada como um tabu, repleto de preconceito e discriminação, em algumas outras culturas, essa prática sexual pode se apresentar institucionalizada.

Entre os Zande, povo africano radicado na região do Congo sudanês, há o costume de adiar o casamento até os 30 ou 40 anos de idade, fazendo da homossexualidade uma prática comum. Os Nambutji australianos mantêm um tipo de casamento entre um menino de 12 a 18 anos e um homem adulto. Todo jovem se casa com o homem que o circuncidou por ocasião da cerimônia de iniciação. O garoto pode desempenhar tanto o papel passivo como ativo, sendo-lhe possível, inclusive, casar-se com a filha de seu ‘marido’, posteriormente (Goldenson & Anderson, 1989).

Existem ainda outras culturas e sociedades que definem a homossexualidade como ocasional, circunstancial ou específica, se comportando de forma a aceitá-la ocasionalmente entre os indivíduos. Em Tsuana, uma grande sociedade em Botsuana, na África, o casamento geralmente é polígamo, com preferência pela forma sororal, na qual co-esposas podem ter relações homossexuais, especialmente quando o marido está ausente (Goldenson & Anderson, 1989).

Furlani destaca de forma sobremaneira

cinco idéias que, comumente, se apresentam nos trabalhos de discussão da sexualidade e que caracterizariam os mitos mais comuns acerca dessa vivência sexual. São elas: [...] que são os desequilíbrios existentes ao nível dos hormônios sexuais os responsáveis pelas práticas homossexuais. [...] que os (as) homossexuais são infelizes ou que é impossível alguém ser feliz vivendo a homossexualidade. [...] que gays praticam, necessariamente, sexo anal e lésbicas não gostam de homens porque não gostam de sexo com penetração vaginal. [...] que homossexuais são promíscuos(as), irresponsáveis, imorais... [...] que na relação homossexual não existe amor, carinho, respeito, fidelidade (Furlani, 2007).

Esses cinco mitos são apresentados, discutidos e desmistificados através da autora que, com argumentos suficientes, consegue elucidar muitas dúvidas que ainda persistem em nossa sociedade atual a respeito da homossexualidade. Leitura esta que deveria ser obrigatória para o esclarecimento a respeito desta temática, pois infelizmente ainda é verificada uma falta de conhecimento muito grande sobre o assunto entre os diversos grupos sociais.

Ainda em relação à imagem dominante relacionada às homossexualidades, os mitos são utilizados como forma de garantir a permanência da heteronormatividade "isto é, a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante" (Britzman, 1996). Segundo a autora o primeiro mito relaciona-se com a aceitação da heterossexualidade como "normal" e "natural", vinculando-se à ideia de que informações sobre e vivências com pessoas homossexuais poderiam "contagiar" os heterossexuais. O segundo mito assume que os/as jovens não têm maturidade para assumir sua homossexualidade, sendo, portanto, ainda passíveis de "regeneração". E o terceiro mito pressupõe que as identidades sexuais são construídas de forma privada e particular, "impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo, através de categorias e fronteiras sociais. A sexualidade não é constituída apenas de um conjunto de ações individuais específicas" (Britzman, 1996).

Passemos agora às considerações que justificam a escolha de um pensador em particular, Michel Foucault, no tratamento de nosso tema, no ambiente escolar, mais particularmente, no âmbito da disciplina de filosofia.

Talvez um dos pontos fundamentais para a discussão sobre o preconceito/discriminação no ambiente escolar seja a questão da identidade homossexual. De fato, uma inquietação colocada por Foucault em uma de suas entrevistas relaciona-se com este problema central da homossexualidade que, segundo ele, não deveria ser: "Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?", mas sim: "Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?" (Foucault, 2005). Fica clara a sua preocupação em colocar um modo de vida que supere as questões sexuais, bem como o caráter fluído que, para ele, uma identidade deveria apresentar.

Foucault aponta alternativas para a construção de um "modo de vida homossexual", estando a principal delas centrada na amizade alcançada através de uma ascese individual (não no sentido de renúncia, mas no sentido de um cuidado de si) e de uma dessexualização das relações (também não no sentido de uma repressão do sexual, mas no sentido de uma desconstrução do modelo fálico da sexualidade).

É assim que, tendo em vista o tratamento da questão do preconceito e da discriminação com relação à homossexualidade no ambiente escolar, pela disciplina de filosofia, mais precisamente, pelo estudo das contribuições que o filósofo Michel Foucault trouxe ao tema, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos:

Capítulo 1: revisão bibliográfica de obras de Michel Foucault que abordem a homossexualidade enquanto parte do ser humano, enquanto parte da sociedade humana, configurando a base teórica para desenvolver o presente trabalho.

Capítulo 2: reflexão sobre a questão do preconceito e da homofobia presentes na sala de aula e na escola, como resultado da educação heterossexual predominante em nossa sociedade e que se reflete diretamente na formação pessoal de nossos alunos, a partir da interpretação do tema da homossexualidade em Foucault, suas concepções e ideias, seu embasamento teórico, abordados no capítulo anterior.

Capítulo 3: apresentação de uma abordagem da temática em questão nas aulas de Filosofia no Ensino Médio para que se possa chegar a objetivos concretos, como a conscientização com relação ao preconceito e à homofobia presentes na escola, por meio da proposição de um Plano de Curso.

CAPÍTULO 1: O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM FOUCAULT

Michel Foucault é considerado um dos maiores pensadores de nossa época. Ao lado de outros grandes nomes, como Freud e Sartre que desenvolveram estudos a respeito do tema em questão, alguns historiadores o consideram como o grande pensador do século XX.

A questão da sexualidade humana e, mais especificamente, da homossexualidade, ganhou destaque no pensamento de Foucault, pois, no final de sua existência, o mesmo procurou entender o que nos move, nos orienta e nos direciona para essa proposição tão importante e ao mesmo tempo tão complexa e que está intimamente relacionada a como obtém-se ou não o prazer (Foucault, 1977a).

Cabe ressaltar que Foucault seguiu o pensamento de Nietzsche (1844-1900) que, por sua vez, admitia a natureza íntima do homem na vontade. Isto é, na concepção de Nietzsche o ser humano deve procurar a máxima afirmação de si mesmo contra qualquer obstáculo, repressão ou coação e sua plena realização. A base do pensamento nietzschiano é o conceito da realidade como uma explosão de forças (Mendes, 2008).

Foucault enfoca a questão da homossexualidade, ponderando que, em torno de 1870, os psiquiatras passaram a considerá-la como objeto de análise médica, ponto de partida para a introjeção de novas intervenções e controles. Os homossexuais passaram, assim, a ser percebidos como loucos ou doentes do instinto sexual. Antes, eram considerados libertinos ou delinquentes. O mesmo acontece com as demais minorias: a mulher, o negro, etc. Os mesmos mecanismos levam à patologização da mulher ao considerar seu sexo frágil, quase doente. Os movimentos feministas aceitam o desafio ao assumirem sua singularidade e suas consequências, e reinventam seu próprio tipo de existência partindo dessa sexualidade que as aprisiona para direcionarem-se a outras afirmações, conclui o autor.

Sob essa concepção, a sexualidade não deve ser vista de maneira reducionista e/ou pejorativa e, assim, descartam-se como definidoras da homossexualidade condutas como a pederastia, a prostituição ou a violação, pois estas, se são consideradas por muitos como 'formas desviantes', as são tanto em condições hetero quanto homossexuais (Mendes, 2008).

Para Foucault (2005), não se deve buscar descobrir "quem se é", "como se é" ou "por que se é" de determinada maneira, mas sim como fazer da vida uma experiência transformadora e renovada a cada experiência, libertando-se de valores morais

socialmente impostos e regulados, uma vez que define que temos que nos esforçar em nos tornar homossexuais e não nos obstinarmos em reconhecer que o somos.

Outro ponto levantado pelo autor refere-se à imagem construída ao redor da homossexualidade, imagem esta que deve ser combatida, mesmo com a resistência daqueles que não a aceitam enquanto existência válida. Na sua opinião, a homossexualidade deixa-se ver apenas como uma "forma de um prazer imediato", uma vez que o que choca as pessoas, não seria o ato sexual em si, mas a possibilidade que indivíduos comecem a se amar, e aí está o problema.

Percebe-se claramente esta disposição da opinião pública em geral em considerar a homossexualidade enquanto uma prática estritamente sexual, que excluiria quaisquer outros sentimentos que seriam próprios apenas dos relacionamentos heterossexuais, visto que, como afirma Foucault (1982): continuamos a pensar que algumas dentre elas [práticas que transgridem a lei] insultam a 'verdade': um homem 'passivo', uma mulher 'viril', pessoas do mesmo sexo que se amam.

As “vontades” em Foucault – Vontade de Saber e Vontade de Poder

Michel Foucault discorre sobre a sexualidade como uma complexa estratégia de poder sobre a vida, que se estabelece hegemonicamente a partir do século XVIII. Este biopoder investe na dimensão individual dos corpos e prazeres e no corpo-população de um determinado território. Neste regime, no qual as diferenças seriam perigos biológicos para o desenvolvimento do corpo-espécie, como que se propugna pela eliminação desses sujeitos ‘desviantes’. No século XIX, o comportamento sexual torna-se importante na produção da individualidade, e as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ganham estatuto de anormalidade (Foucault, 1994).

Trata-se de uma mudança no regime de visibilidade, pois “o homossexual do século XIX torna-se uma personagem (...) nada do que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (Foucault, 1993). A ‘vontade de saber’ sobre o sexo constrói um território para a homossexualidade emergir enquanto conceito e o homossexual enquanto modo de existir: os saberes científicos passam a descrever estas práticas e, principalmente, estes indivíduos, que seriam diferentes em sua sexualidade. Em outras palavras, a psiquiatria cria uma categoria patológica que corresponde à homossexualidade. No entanto, a identificação do homossexual se dava em função de outros critérios para além da prática com pessoas do mesmo sexo. Voz, trejeitos, roupas,

lugares de circulação, preferências, diferenças anatômicas... A psiquiatria descreve e delimita em um único corpo homogêneo as múltiplas expressões que se manifestavam (Foucault, 1993).

Conforme apontam Cassal, Garcia, Bicalho (2011b), essa delimitação se materializa em identidades que organizam a forma como os sujeitos se relacionam consigo próprios, alimentando o funcionamento do dispositivo da sexualidade. O poder avança na definição dos modos de existir associados às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, produzindo assim processos de subjetivação homogêneos, normatizados. Entretanto o dispositivo da sexualidade não delimita apenas a ‘regra do jogo’, mas avança cada vez mais fundo nas transgressões (Foucault, 1993). Os desvios não só são esperados como necessários, posto que através deles a produção hegemônica de poder avança, se bifurca e opera sutilmente em novos territórios.

O suposto ‘fracasso’ da eliminação dos desviantes é, de fato, um sucesso na manutenção das relações de poder estabelecidas. Pois uma estratégia de biopoder precisa da vida para sua manutenção. Neste sentido, a morte de alguns não é o objetivo final da homofobia. É necessário acompanhar seus efeitos estratégicos para entender a que estas relações de poder atendem.

De acordo com Baptista (1999), discursos hegemônicos tomam a diferença e a existência fora da norma como negativos, transformando sujeitos em carentes de cuidado e dignos de pena, que podem ainda ser eliminados pela sua condição menos que humana. Diversas práticas discursivas desqualificam determinadas populações e, portanto, são genocidas, pois eliminam modos de existência e potências de vida. Neste sentido, o autor fala dos ‘amoladores de facas’ – atores sociais que, com seus discursos, constroem condições de possibilidade para a eliminação de determinados grupos, pois atuam como ‘enforço’ das normas – exercícios de poderes que tornam possível a emergência e a manutenção de determinada regra enquanto verdade (Foucault, 1999). Atrizes, padres e psicanalistas, dentre outros, falam em nome do amor e da vida sobre como a homossexualidade é uma condição infeliz e, assim, menos humana.

Na medida em que se fala, discursa e incita os saberes sobre a homossexualidade, o indivíduo contribui com as mais diversas facetas da produção de conhecimento sobre o sexo e não necessariamente sobre o prazer e suas vertentes.

O sentido de “homossexualidade” está intimamente ligado à produção histórica da subjetividade moderna, ao homem psicológico, dotado de uma interioridade que

passará, cada vez mais ao longo do século XX, a ter no desejo seu segredo e sua chave interpretativa. Tal processo apoiou-se em uma intensa sexualização e medicalização dos corpos no contexto de um biopoder, de uma biopolítica que Foucault sabe tão bem caracterizar e circunscrever. (Ferraz, 2005:80).

Torna-se, dessa forma, relevante destacar que Foucault questiona a tradicional divisão entre heterossexuais e homossexuais (na sexualidade), as identidades e as categorias sexuais, as relações entre sexo e poder, os gêneros como criações culturais. A sua proposta é colocar em discussão antigas verdades já estabelecidas, que podem estar diretamente originando preconceitos sociais.

Para ele (Foucault), não devemos catalogar, convencionar, enumerar e discriminar formas de ser e de agir. As pessoas que possuem a afetividade e a sexualidade voltadas para alguém do mesmo sexo, simplesmente possuem esta determinada forma de ser, estar e se relacionar com o outro. Não necessariamente estão enquadrados em determinados 'rótulos' e isto significa que, ao dizer que esta ou aquela forma de obtenção do prazer é certa ou errada, não permite que o ser humano se desenvolva plenamente em sua vida 'devir', isto é, não chega a 'ser o que se é', mas sim vive de forma a adequar-se aos padrões e critérios sociais estabelecidos pelos dispositivos. (Mendes, 2008: 254)

Foucault é visto como o historiador das proibições e do poder repressivo porque buscava o discurso das verdades produzidas e analisava como o poder, que se exerce sobre a loucura e a sexualidade, produziu o discurso verdadeiro da psiquiatria e da sexologia, respectivamente. O autor afirma que nas sociedades ocidentais, durante séculos, se ligou o sexo à busca da verdade, sobretudo a partir do cristianismo. Podia-se falar de sexualidade, produzir um discurso sobre sua verdade, mas somente para melhor proibi-la. Proibições que, assim, alimentadas por esse saber, faziam parte de uma economia complexa (Ribeiro, 1999).

Foucault, enfim, faz do sexo um objeto histórico gerado pelo dispositivo da sexualidade. Preocupou-se, como ele mesmo diz, em analisar o que aconteceu no Ocidente que fez com que a questão da verdade tenha sido colocada em relação ao prazer sexual. Preocupou-se, sobretudo, em abordar a sexualidade no âmbito do discurso científico. Esse enfoque foi o grande mérito do autor, pois aborda a sexualidade em um prisma nunca pensado até o momento.

A sexualidade, hoje, sofre influência do dispositivo que concebeu uma sociedade voltada para o consumo e, como tal, é efeito desse dispositivo. A sexualidade humana só será livre quando regulamentada em função do atendimento das próprias vontades e não como consequência de estratégias que objetivam o exercício do poder.

A sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar. Ela não é aquilo que o poder tem medo, mas aquilo que se usa para seu exercício. As proibições não são formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas. O foco principal do autor são os efeitos do poder e a produção de "verdade". Para ele, a noção de "ideologia" foi utilizada para imputar erros em tudo que impede a formação de discursos verdadeiros e para mostrar a relação entre o pensamento e as relações de produção; foi a economia do não-verdadeiro. O autor, longe disso, preocupou-se em investigar o que está oculto nas relações de poder, inclusive nas infra-estruturas econômicas e não apenas nas estruturas estatais. Mas, por outro lado, para ele, a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Há sempre a possibilidade de modificar uma dominação sob determinadas condições e conforme uma estratégia adequada (Foucault, 1984).

Tal problematização de Michel Foucault se dirige ao diagnóstico de instituições disciplinares, que se destinam a cobertura de todo o tecido social moderno. O estudo da organização do espaço, nessas instituições, para Michel Foucault, prepara a importante pesquisa que se realizará em torno da modernidade em termos institucionais e políticos, ao se reportar à magnitude que a vida humana assumirá politicamente. Antes de alcançar tal momento de sua investigação, o espaço lhe serve de material histórico de interpretação do que homens e mulheres se tornaram para os sistemas de poder vigentes e para si próprios, já que o investimento político no quadriculamento das instituições e na despolitização dos grupos humanos se dirigiu a uma moderna visibilidade política em que os governados também se voltam para si. Os governados – as crianças, as mulheres, os presos, os soldados – se objetivam, garantindo, numa perspectiva histórica, a emergência de saberes sobre os indivíduos.

De acordo com Michel Foucault

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros,

não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que determinam. (1997:119)

Há uma apropriação laica no Ocidente de procedimentos de inquirição da conduta, o que levará a um novo limiar epistemológico e político de compreensão das coletividades empreendidas nas fábricas, nas escolas e nos hospitais. A consideração de estratégias de poder – relacionadas, no momento em que o pensador formula suas categorias sobre as instituições disciplinares, ao projeto de tornar visível o cotidiano – sobre os espaços garante uma problematização do surgimento do indivíduo, como objeto de investigação científica e antecipa uma reflexão sobre o conceito de sujeito, que assumirá centralidade na pesquisa sobre o que se chamou de um dispositivo de sexualidade. Os espaços são geridos, correspondendo ao surgimento de individualidades. Ao diagnosticar a singularidade de procedimentos disciplinares em relação ao modelo de uma sociedade de soberania, Foucault apresenta a importante consideração de que

(...) [se trata de] substituir um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado: formar um saber a respeito destes, mais que patentear os sinais faustosos da soberania. Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. (1997: 181)

Através de sua concepção de poder, Michel Foucault defende a compreensão da atualidade, opondo-se à perspectiva de que o poder se exerça por intermédio da repressão ou da coincidência entre exploração econômica nas sociedades capitalistas e assimetria do controle.

Não se pode negar que o espaço que vem sendo aberto na sociedade, principalmente pela mídia, fez com que aumentasse a discussão acerca da homossexualidade, mas até que ponto esta discussão, que poderia ter um caráter inovador e transformador, não serve aos ideais de uma sociedade normatizadora? Como aponta Louro (2001), essa maior visibilidade

[...] tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual, e até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (542)

E nesse sentido que Foucault expõe como se dão as mudanças sociais. Explica que o poder é um feixe de relações organizado, piramidalizado e coordenado, mas que sempre há movimentos que levam as estratégias (que coordenam as relações de poder) a produzirem efeitos novos e domínios que, até determinado momento, não eram previstos. O autor, então, diverge do enfoque apresentado pelos marxistas quanto às mudanças sociais, pois, para ele, estas ocorrem independente da "luta de classes". Segundo ele, os marxistas não expõem concretamente o que é essa "luta", somente a mencionam como força motriz da história; detêm-se apenas em explicar o que é a classe, onde se situa e quem a engloba. Apesar disso, refere não ter a pretensão de preencher esta lacuna.

Os dispositivos em Foucault – Dispositivos Sociais e Dispositivos Sexuais

Dentro desta perspectiva, Foucault (1984) discorre sobre o que ele denomina de “dispositivo da sexualidade”. Ele considera que um mesmo dispositivo produz fenômenos semelhantes. Ou seja, a estratégia que produziu a "patologização" do homossexual, produziu também a da mulher, da criança e de outras minorias. Não é seu propósito distinguir e questionar as diferentes correntes dos movimentos de libertação. Parece considerá-los como uma forma homogênea, embrionária, que tomarão corpo somente quando se constituírem como discurso e estiverem em posição de exercer o poder. Nesta visão, parte do pressuposto de que o mecanismo que origina a opressão é o mesmo que gera a libertação. Em outras palavras, os agentes sociais partem sempre do mesmo dispositivo ou estratégia para inovarem um discurso e o exercício do poder. Este poderá ser opressor sobre uma minoria ou, ao contrário, libertador da mesma.

Faz-se necessário compreender as questões referentes ao que Foucault denominou "dispositivo da sexualidade". Para o autor, este seria o meio pelo qual a sexualidade é produzida e regida, bem como o sexo (ato sexual), disciplinado. Em suas palavras:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos (FOUCAULT, 1984, p. 244).

Assim, por dispositivo da sexualidade, entendem-se práticas discursivas e não discursivas, saberes e poderes que visam normatizar, controlar e estabelecer "verdades" a respeito do corpo e seus prazeres. O dispositivo é um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência, ou seja, em determinado momento histórico, a partir de contextos específicos, surgem discursos e práticas que visam responder às demandas sociais, políticas ou morais.

Diante disso, especificamente no que diz respeito ao dispositivo de sexualidade, instituído a partir do século XVIII, Foucault comenta que, no intercurso de forças contrárias, atendendo a uma demanda social, surge esta rede de dispositivos que segrega e determina o 'normal' e o 'patológico', a sexualidade 'sadia' e a 'doente'.

Deleuze (1990) complementa afirmando que os dispositivos consistem num conjunto multilinear, constituído de linhas de forças que possuem uma correlação de energias contrárias e que podem também apresentar rupturas, fissuras, subjetividades. Segundo ele, vivemos em um dispositivo, nele agimos e, a partir disto, entra em nossa vida outro dispositivo, que é o atual. Nossas vidas se resumem entre o que fomos (por um dispositivo anterior) e o que vamos nos tornando (por um dispositivo atual).

É no contexto do dispositivo da sexualidade que a ideia de homossexualidade é produzida historicamente. Segundo Foucault (1984), foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la (a homossexualidade) como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos. Paralelamente ao crescente interesse do discurso médico sobre a homossexualidade, surgiram também manifestações homossexuais interessadas em expor sua realidade, a partir do seu ponto de vista. Os homossexuais percebem esta dissecação de seus desejos como um desafio, produzindo como resistência outros discursos sobre si mesmos, principalmente através da literatura. Esta resistência, para Foucault, é essencial para que os movimentos homossexuais se afirmem, mas de outra forma que não aquela institucionalizada pelo dispositivo da sexualidade:

[...] está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma "mesma" vontade de verdade. (Foucault, 1984: 233)

Percebe-se então um interesse em formas de resistência contra aquilo que é dito como verdadeiro pelos saberes legitimados em nossa sociedade. O autor não ignora a repressão que pode vir a ocorrer contra estes pontos de resistência, pois o poder, sendo fluido e descentralizado, surge de todos os lugares tentando capturar aqueles pontos de fuga. Se o corpo e a sexualidade revoltam-se a partir de sua própria exposição, intensificando os dizeres sobre o sexo e saturando a sociedade com uma sexualidade desmedida, o poder ressurgue e torna a adequar esta resistência aos seus discursos, ou como afirma Foucault:

A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado! (Foucault, 1984)

Assim, o discurso da liberação sexual, da revolta contra a repressão é transformado pelo mercado, passa-se a consumir aquilo que um dia foi "rebelde" "alternativo"; os pontos de fuga são transformados em mercadoria e consumidos como a "última moda".

Foucault (1984) emprega o termo "dispositivo" quando refere-se aos discursos que consistem em: um programa de uma instituição, ou uma justificativa de uma prática (ou sua reinterpretação) e/ou uma nova racionalidade. Emprega o termo, também, para referir-se às instituições, às organizações arquitetônicas, às decisões regulamentares, às leis, às medidas administrativas, aos enunciados científicos e às proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Enfim, define o dispositivo como um conjunto heterogêneo, ou melhor, como uma estrutura de elementos heterogêneos. Segundo ele, o dispositivo consiste na natureza da relação entre os elementos constituintes desse conjunto

heterogêneo. Trata-se de uma formação que, em determinado momento histórico, responde a uma urgência. Portanto, para ele, o dispositivo é uma espécie de gênese.

O dispositivo abrange um "objetivo estratégico" que produz dois efeitos: um, voluntário, que estabelece uma relação de ressonância ou de contradição entre seus elementos (através de uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos dispersos); e outro, involuntário e negativo, que não era previsto na estratégia produzida, mas que passa a ser um efeito que ocupa um vazio ao se transformar o negativo em positivo (como ocorreu com a prostituição, um efeito negativo, imprevisto, que tornou-se positivo ao se extrair dele o lucro do prazer).

O corpo se torna parte de uma engrenagem que ora se exprime na experiência médica e nas ciências que a subsidiam, ora se exprime na preocupação com a condução dos gestos de crianças e soldados, a fim, respectivamente, de garantir que sejam educadas e de garantir que ocupem lugares que maximizem a eficácia dos exércitos.

Na proposta do presente estudo, ao abordar o tema 'homossexualidade em Foucault', considera-se a homossexualidade como produto de um 'dispositivo' social que a rege, ou seja, ela se torna, dessa forma, um discurso, um conceito criado e categorizado para denominar e conceitualizar determinados modos de ser e estar no mundo.

Talvez como ponto fundamental para a discussão sobre os movimentos homossexuais organizados esteja a questão da identidade homossexual. Uma inquietação colocada por Foucault em uma de suas entrevistas relaciona-se com o problema central da homossexualidade, que segundo ele não deveria ser: "Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?", mas sim: "Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?". O autor enfatiza, dessa forma, como a possibilidade de se inventar novos modos de vida se abre com a homossexualidade, bem como o caráter fluído que, para ele, uma identidade deveria apresentar.

Para Foucault, a 'batalha' pelos direitos dos gays é considerado um episódio que não representa a etapa final. Um direito está mais ligado a seus efeitos reais, atitudes, comportamentos, do que a formulações legais. Por isso, não adianta só ficar lutando e requerendo direitos, levantando bandeiras e praticando manifestações, crendo que a sociedade se modificará por conta disso. (Mendes, 2008).

Em contraposição a este pensamento, no entanto, pode-se mencionar que

O entendimento do cotidiano, das identidades e das diferenças como construção social, histórica e cultural parece contribuir para a elaboração de projetos de emancipação, que serão construídos no presente a partir dos inconformismos do passado e com a perspectiva do pensamento das opções, no futuro. Seguindo esse raciocínio, pode-se concluir que os movimentos gays, entendidos como local de questionamento, de construção de conhecimento, deveriam, a partir do pensamento do passado, das raízes, propiciar a elaboração de perspectivas para um pensamento do futuro, das opções. (Ferrari, 2004: 26).

Cabe ressaltar, sobremaneira, que o preconceito existente em nossa sociedade e a discriminação originada ainda se configuram como graves problemas na atualidade, a despeito das proibições previstas pelas leis. Por isso a necessidade de ‘conquistar um lugar ao sol’, ou seja, se fazer ver e notar da sua existência.

É necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida em que as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo seja importantes. Não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de fazer amor com alguém do mesmo sexo, a título de componente ou de suplemento. [...] O fato de fazer amor com alguém do mesmo sexo pode muito naturalmente acarretar toda uma série de escolhas, toda uma série de outros valores e de opções para os quais ainda não há possibilidades reais. (Foucault, 2004a: 119)

É interessante mencionar que a ideia das ‘linhas de fuga’ de Foucault, na qual se enfatiza o prazer, não valorizando tanto a questão do sexo em si e por si mesmo, serve para demonstrar que não adianta confrontar diretamente os dispositivos, especificamente os da sexualidade, visto que isto não produzirá resoluções concretas. Por outro lado existe, a seu ver, uma maneira do homossexual viver sem grandes conflitos internos e externos pela busca exclusiva de uma vida prazerosa, não só na esfera amorosa e afetiva, mas também de outras formas de prazer no dia a dia, como a sensação de sentir-se útil e respeitado, a arte, a beleza, a religiosidade e um enriquecimento das relações sociais (Mendes, 2008).

Linhas de Fuga

Tem-se então o ponto de partida para a reflexão sobre os apontamentos de Foucault em relação aos movimentos homossexuais de liberação e de afirmação. Segundo ele, caberia a estes movimentos lutar por algo que supere o sexual, fugindo assim das imposições realizadas pelo dispositivo da sexualidade e pela sociedade capitalista, que estimula o consumo de produtos ligados a uma sexualidade que cultua o falo e o orgasmo. Deve-se transcender à reivindicação pela "especificidade sexual", deslocando-se para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem etc., que não são mais esta espécie de determinação e de fixação a seu sexo. Mas ainda, segundo o autor, esta superação não vem ocorrendo, pois

[...] os movimentos homossexuais continuam muito presos à reivindicação dos direitos de sua sexualidade, à dimensão do sexológico. Mas isso é normal, pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada. (Foucault, 1984)

Entrelaçando a questão da homossexualidade com o pensamento de Michel Foucault, fica claro que as prováveis novidades por ele apresentadas são as experiências com o prazer e as chamadas ‘linhas de fuga’. Foucault destaca que, embora a lei possa proibir a discriminação com relação aos homossexuais, ela (a homossexualidade) continuará a existir como manifestação da produção dos dispositivos da sexualidade. Neste sentido, cabe verificar qual o ‘dispositivo dominante’ da sociedade contemporânea, relacionando-o ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar.

Foucault mostra-se contrário aos movimentos públicos em favor da homossexualidade pois, para ele, este ato de cunho político não representa mudanças quanto à ‘padronização’ na qual a sociedade ‘embala’ a homossexualidade. O autor propõe como linhas de fuga o ‘ser o que se é’, sem levantar bandeiras ou manifestações políticas e sociais sobre o tema. E, assim, buscar os mais diversos prazeres que a vida pode oferecer. No caso de uma relação homossexual, acredita o filósofo que não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de existirem pessoas do mesmo sexo fazendo amor, mas deve-se avaliar as escolhas dos indivíduos como um todo, de viver ou não a vida, livre de preconceitos e discriminações, seus valores, opções, sonhos, possibilidades reais (Foucault, 2004b).

Isto posto, o estudo da homossexualidade tendo como ponto de partida os escritos e o pensamento do filósofo Michel Foucault é uma forma de abordar o tema “homossexualidade” no ambiente escolar, supondo novas práticas de pensar como ensinar Filosofia para o ensino Médio livre de situações de preconceitos e discriminação daí decorrentes, minimizando os efeitos das amarras da heteronormatização predominante em nossa sociedade e refletida, como não poderia deixar de ser, na escola, entre nossos alunos e professores, tornando-se, por fim, uma tentativa de luta contra o preconceito e a discriminação com relação aos sujeitos homossexuais.

CAPÍTULO 2: O PRECONCEITO E A HOMOFOBIA NA ESCOLA

O que se observa nas escolas, através de vários estudos que já foram realizados por diferentes autores, é que os conteúdos sobre sexualidade são elaborados a partir da ideia de heterossexualidade. Exemplo disso são conteúdos como funções dos corpos masculinos e femininos, fecundação, gestação, partos e aleitamento. Sobre essa matriz, apenas as temáticas que se encaixam no sentido “normal” e “natural” são selecionadas para fazer parte do currículo escolar.

Ensinar sobre a sexualidade tornou-se, por extensão, ensinar sobre a sexualidade que dita normas e iguala os indivíduos em torno da heterossexualidade “naturalizada”.

Grupos sociais específicos e o Estado brasileiro delegam à escola poder e capacidade de informar e formar a juventude, principalmente. Compreende-se esta organização social como palco/arena de embates teóricos/filosóficos/políticos sobre os diversos aspectos da vida e percebe-se que ela é território de conflitos, de disputas. Está em pauta contemporaneamente, por exemplo, a Inclusão Escolar, expressa do ponto de visto jurídico na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira — LDB — de 1996.

Contudo, para além ou aquém dos embates político-pedagógicos que se manifestam através da inclusão-exclusão escolar, deve-se pensar a escola como uma instituição capaz de enfrentar os embates da inclusão social e do respeito às diferenças.

Respeito, compreensão e diálogo são os pilares de uma convivência pacífica, democrática e plural no âmbito institucional. Há que se pensar em ética, cidadania e democracia para a vida institucional. Há que se produzir políticas identitárias, políticas do desejo no âmbito institucional, social, político.

Compreende-se esta questão de maneira mais ampla e, avançando para além da inclusão escolar de pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais (PNEE's), defende-se que a escola, principalmente a pública, precisa se comprometer com o acolhimento e atendimento (oferta de educação escolar de qualidade) às chamadas minorias, a fim de que os princípios expressos em documentos oficiais, resultantes da organização da sociedade civil, possam ser respeitados e encaminhados; principalmente aqueles que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

O estudo da homossexualidade no seu sentido mais complexo, que envolve sexualidade e afetividade, torna-se relevante e interessante na medida em que busca compreender o ser humano de forma global em suas diversas maneiras de agir, pensar, se expressar e se comportar no que tange à questão da sexualidade.

Inicialmente, apresentava-se como uma conotação estritamente clínica para descrever a realidade humana das pessoas que tinham um impulso sexual voltado para alguém do mesmo sexo, pois

[...] por homossexual entendemos a condição humana de um ser pessoal que, ao nível da sexualidade, caracteriza-se desta peculiaridade de sentir-se constitutivamente instalado na forma de expressão exclusiva com um parceiro do mesmo sexo (Vidal, 1985: 58)

No entanto, existem outras considerações de fundamental importância que devem ser feitas na discussão acerca do fenômeno da homossexualidade. Primeiramente, e talvez a mais importante das considerações, se refere ao fato de que a homossexualidade deve ser considerada em um contexto global, isto é, o ser humano deve ser visto como um ser total e não apenas voltado para o sentido sexual, afinal o ser humano não se define apenas e somente a partir da forma de expressar a sua sexualidade: é alguém completo, total, um ser portador de desejos, vontades, vida e sonhos e não apenas sua forma de ser e de se comportar sexualmente (Vidal, 1985).

Os professores, ao assumirem determinada prática discursiva, podem estar contribuindo para a formação de pessoas mais respeitosas e compreensivas com a diversidade e mais reflexivas, críticas, problematizadoras; pessoas que possam viver no plural. E, principalmente, podem contribuir para que alunos e alunas homossexuais sintam-se presentes, visíveis, participantes da vida escolar. Também, a escola pode ser questionada e, principalmente, se questionar sobre a maneira como vem: a) representando a pessoa homossexual; b) enunciando a diferença do dito homossexual; c) ofertando algum tipo de tratamento que faça o diferente se sentir “esquisito”. Ou, dito de forma mais abrangente: como a escola lida com as homossexualidades?

A preocupação “normalizante” pode ser uma constante. Se a normalização tem como referência a heterossexualidade e coloca a homossexualidade e o sujeito homossexual como desviantes, é preciso se perguntar de que modo isso ocorre nas escolas.

A condição homossexual não sustenta nenhum traço de patologia somática ou psíquica, embora possa existir a questão de sua maior carga traumática (por uma série de situações de preconceitos e intolerância social), quer seja em sua origem, quer seja em sua dificuldade e não aceitação para ser plenamente vivida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1992, propôs que a homossexualidade não devia mais ser considerada uma doença. Assim, foi retirada do CID-10 (Classificação de transtornos mentais e de comportamento) e, portanto, deixou de ser considerada uma patologia, não estando incluída como comportamento patológico na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV).

No Brasil, O Conselho Federal de Psicologia redigiu a resolução 001/1999, estabelecendo normas de atuação dos psicólogos com relação à orientação sexual das pessoas. O texto considera a homossexualidade como algo não patológico e proíbe que os psicólogos considerem seus pacientes como portadores de doenças (CFP, 1999).

Em seus estudos sobre o homoerotismo, o psicanalista Jurandir Freire Costa propõe a substituição dos termos homossexualismo e homossexualidade pelo termo homoerotismo. Longe de ser mero jogo de palavras, para o autor as categorias que criam as identidades sexuais não são universais, mas efeitos histórico-culturais também produzidos pela linguagem. Uma dessas estratégias é designar o sujeito por determinadas parte do seu ser, transformando o que é adjetivo em substantivo, as relações particulares da vida privada, o estar homossexual, em uma categoria identitária que passa a abranger todo o sujeito. Resistir a tais terminologias implica resistir também à carga negativa com que a ciência e a cultura vêm sobrecarregando tais termos.

Continuar discutindo sobre "homossexualidade", partindo da premissa de que todos somos "por natureza heterossexuais, bissexuais e homossexuais", significa tornar-se cúmplice de um jogo de linguagem que mostrou-se violento, discriminador, preconceituoso e intolerante, pois levou-nos a crer que pessoas humanas como nós são "moralmente inferiores" só pelo fato de sentirem atração por outras do mesmo sexo biológico. (Costa, 1994: 121)

Os atores do processo de educação, os atores que convivem no espaço escolar e participam do processo ensino-aprendizagem precisam estar convictos de que nem todas as pessoas que convivem são “naturalmente” heterossexuais. Muitos, em virtude do comportamento de nossa sociedade heterocentrista, não manifestam suas tendências nem demonstram que praticam o homoerotismo, o fazendo, secretamente, dada a intolerância e a perseguição que ainda hoje pesam contra os homossexuais (Mott, 2009).

Impera ainda a “lei do silêncio” em muitas escolas. A impressão que se tem é de que enquanto não se tocar no assunto, ele não existe, como se a vida se resumisse

somente ao espaço escolar. Ao que parece, existe a ideia de que a mera menção da homossexualidade faz com que sejam encorajadas práticas homossexuais e com que os/as jovens se juntem a movimentos de comunidades gays ou lésbicas. Instala-se assim a preocupação de que ocorra um “recrutamento de jovens inocentes”. De alguma forma, parece que “não saber” ou “não falar” sobre a temática fará a/o jovem “preferir” ser heterossexual. (Louro, 1997).

O fato de vivermos em uma sociedade predominantemente heterocentrista e normativa faz com que essa conscientização nas escolas seja muito prejudicada. Será que existe uma preparação de profissionais para trabalhar com questões relativas ao gênero no espaço escolar? Será que esse trabalho será aceito pela comunidade escolar? O que se apresenta hoje é um despreparo muito grande dos professores sobre esta temática, pois esses professores são fruto dessa sociedade heterocentrista, estruturada a partir de preceitos religiosos muito fortes, que muitas vezes não podem ser deixados de lado, em virtude dos “valores” considerados corretos por essa própria sociedade que, não esqueçamos, foi quem criou esses valores, foi quem estabeleceu esses valores. O “certo” e o “errado” foi criado por essa própria sociedade. Assim, os professores já trazem consigo uma definição de como os jovens deveriam ser e agir. Definição esta baseada em preceitos dessa sociedade.

[...] já que o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Federal de Psicologia, a Organização Mundial de Saúde e as principais Associações Científicas brasileiras e internacionais, desde 1970, nos Estados Unidos e desde 1985, entre nós, deixaram de considerar a homossexualidade como desvio ou doença, mas sim uma orientação sexual tão saudável e normal quanto a bissexualidade ou a heterossexualidade; já que desde 1821, [...] o amor entre pessoas do mesmo sexo deixou de ser crime, não existindo nenhuma lei no Brasil que condene as relações homoeróticas; considerando que respeitados teólogos católicos, protestantes e judeus negam ser pecaminosa a prática homossexual [...] perguntamos: se não é pecado, crime ou doença ser gay, lésbica ou transgênero, o que justifica tanto medo e repressão contra os homossexuais? Resposta: ignorância, preconceito, falta de informação científica e desrespeito aos direitos humanos do cidadão (Mott, 2009).

Existe também o fato relevante da dificuldade de convivência, socialização ou angústia que alunos homossexuais, não raro, sofrem dentro do espaço escolar. Situações em que não poder se expressar, ser rotulado, ser alvo de *bullying* homofóbico - leia-se brincadeirinhas de mau gosto em salas de aula - tanto por parte dos colegas quanto dos

professores, chama a atenção para o trabalho que a escola está ou não fazendo quanto à discussão da sexualidade e por consequência da homossexualidade em seu meio.

Muitas são as formas assumidas pela homofobia que incidem nos corpos homossexuais para construí-los como representações “anormais”. Durante a trajetória escolar, sujeitos que fogem da lógica inteligível do gênero, ou seja, corpos que não reproduzem o ideário social, que prevê uma lógica causal e ordenada entre sexo biológico, gênero e sexualidade (BUTLER, 2003), são rechaçados, despotencializados e marginalizados, tornando-se alvos fáceis para marcações depreciativas. Zombar, xingar, “zoar” são táticas homofóbicas vivenciadas cotidianamente por homossexuais nas escolas.

Nos espaços escolares torna-se difícil expressar-se em uma sexualidade não heterossexual quando a homossexualidade é representada como uma conduta “inapropriada” para os corpos considerados como “homens”. A injúria se constitui como uma linha de subjetivação que força os homossexuais a se esconderem ou a enfrentarem, constantemente, o ritual de hostilização acionado pelos que se identificam com a heteronorma. Quando ela vem em “coro”, seu efeito depreciativo se potencializa e institui marcas significativas.

E a escola tem o dever de reverter esse quadro. O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de diversas outras leis e normatizações instituídas nos últimos anos, oferece às escolas a possibilidade de trabalhar orientação sexual com seus alunos, incluindo conceitos básicos e informações sobre homossexualidade aos estudantes das mais diferentes faixas etárias.

Se for consenso que a educação é a melhor forma para combater o preconceito e a discriminação, o que acontece quando a própria escola não sabe como - ou não quer - lidar com a questão? A escola avançou nos últimos anos na discussão de temas como discriminação racial, gravidez na adolescência e respeito aos portadores do vírus da AIDS. Com relação ao tema em questão – homossexualidade – porém, os avanços parecem ínfimos no contexto escolar. O tema permanece um ‘tabu’, um tema que deve ser até certo ponto evitado. Arrisco opinar que é como se ao se tocar no assunto, o(a) professor(a) estaria incitando os alunos à prática da homossexualidade!

O enfrentamento do conflito pelo e no espaço escolar

De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, quando uma pessoa está sofrendo violações dos direitos humanos, ela está sofrendo um conflito de base, quer dizer, um problema que trata das necessidades básicas do ser humano. Esse conflito de base, ou conflito-raiz, é que produz as violações dos direitos humanos: a discriminação, a injustiça, a exploração, a opressão. Em todos esses casos, viver as consequências desse conflito-raiz é uma experiência dolorosa e humilhante. A dignidade humana fica ferida. Não é possível negociar ou mediar este conflito. Os direitos humanos surgem como uma resposta para esse conflito-raiz (Brasil, 2009).

O que é muito comum acontecer atualmente é a associação que se faz entre conflito e violência. Violência é qualquer ação que viola os direitos humanos. Pode ser física, psicológica ou moral. O povo brasileiro é comumente visto como cordial; no entanto, no Brasil os direitos humanos são aviltados, quase o tempo todo.

Hoje acontece um processo que é chamado de “banalização da violência”. A violência é tão comum, tão presente no dia-a-dia, que as pessoas não se incomodam mais com ela. Isso já é uma forma de violência contra as pessoas, que acabam se acostumando com uma situação insuportável. As ‘piadinhas de mau gosto’ e as ‘chacotas’ comumente presenciadas e vividas nas salas de aula de muitos espaços escolares, ditas como ‘normais’ – pois afinal de contas, quem é diferente são os homossexuais que frequentam os espaços escolares –, são exemplos da ‘banalização da violência’ que vivemos atualmente.

O preconceito contra o homossexual ainda é enorme em nossa sociedade e talvez o mais difícil de combater, pois além da discriminação escolar e social alimentada inclusive por algumas doutrinas religiosas, o homossexual encontra resistência muitas vezes no próprio seio familiar. Não são raros os casos de expulsões e violência quando os pais descobrem a orientação sexual diferenciada de seus filhos.

Quando no espaço escolar passa a existir um tipo de comportamento de exclusão, até de alguma forma de discriminação em relação aos jovens homossexuais, a escola está agindo como reprodutora de diferenças no tom de desigualdade. Ser diferente não significa ser desigual, na escola devem surgir conflitos, mas também entendimentos mediante circunstâncias que possam ser construídas pelos sujeitos envolvidos na ação pedagógica, de modo que a alteridade, o respeito pelo outro, façam-se presentes na prática cotidiana escolar.

Vive-se atualmente uma época que clama por mudanças. Vive-se numa sociedade que, apesar de sua característica normatizante, é repleta de sujeitos diversos, e sujeitos pertencentes às diferentes diversidades. Mudanças essas que não aceitam mais uma normalização por essa sociedade que exclui as diferenças e as(os) diferentes.

A escola, enquanto espaço público, enquanto espaço social, enquanto espaço educacional, tem a obrigação de acompanhar essas mudanças e, além disso, tem a obrigação de ser pioneira nesse processo de mudança.

Durante muito tempo foram utilizadas desculpas irrisórias, não-consistentes, baseadas em leis e no sistema judicial. Hoje isso não se aplica mais, pois existem inúmeras leis que defendem os Direitos Humanos e os cidadãos, em qualquer espaço que estiver.

Mott (2009) faz uma leitura crítica e dinâmica de leis que condenam o estupro psicológico e as intimidações e violências físicas praticadas contra os jovens homossexuais.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente permite uma leitura mais humanitária e menos homofóbica, podendo tornar-se instrumento legal na defesa da livre orientação sexual dos/as jovens. Pretender ‘curar’ um jovem gay ou adolescente lésbica fere um direito humano fundamental: a livre orientação sexual. Se a homossexualidade não é doença ou crime, por que impedir aos jovens homossexuais o livre exercício de sua identidade existencial? “A criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas” (Eca – Artigo 15). Humilhar, insultar ou castigar uma criança ou adolescente simplesmente porque demonstra tendência homossexual, é um acinte contra o artigo 17 do estatuto quando garante: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade e da autonomia”. Impedir que crianças e adolescentes desenvolvam livremente sua orientação homossexual viola o artigo 18 da mesma lei quando determina: “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Mott, 2009).

Louro (1997) defende a ideia de que a escola deve abordar a sexualidade em todos os seus aspectos (e aí incluindo a homossexualidade, tanto quanto a heterossexualidade e a bissexualidade) através da Educação sexual, que deve se dar, deve ocorrer envolvendo todos os componentes do espaço escolar, quer sejam as/os

alunas/alunos, as/os funcionárias/funcionários, as/os educadoras/educadores de todas as áreas da educação, até chegar aos pais e à comunidade em geral, fazendo com que haja uma educação verdadeira e real que atinja a todos na sociedade.

Mas existem também aqueles que consideram que as questões envolvendo as temáticas sexuais não devem ser tratadas na escola, por não ser o lugar ideal, deixando que as famílias tratem desses assuntos com seus filhos.

[...] há aqueles/as que negam que a educação sexual seja uma missão da escola, com o fundamento de que nela estão implicadas escolhas morais e religiosas e que ela cabe primordialmente às famílias. A pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não “entrarão” na escola. Uma suposição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula – assumidamente ou não – nas falas das professoras, dos professores e estudantes (Louro, 1997).

Essas falas das professoras, dos professores e estudantes que Louro destaca em seu texto exercem um papel importante no cotidiano escolar. Em grande parte dos casos, essas falas são repletas de preconceitos, recheadas de pressupostos heterossexistas, fruto da sociedade heteronormativa em que se vive. A atitude de preconceito em relação a alguém ou a alguma coisa, que às vezes pode ocorrer mesmo de forma não assumida, de forma não intencional, está apoiada num conjunto referencial de representações. O preconceito, como significado, quer dizer pré-conceito, uma opinião já formada a respeito de determinado assunto, pessoa, objeto.

Como o preconceito não pode ser público, porque pode ser tomado como uma ofensa, o preconceito é latente na fala, seja pela palavra, pelo tom da voz, seja pelo cochicho, a linguagem do corpo serve como um instrumento de distinção entre os diferentes, deixando suas marcas pela expressão. [...] é comum que os preconceitos e as atitudes de diferenças façam parte do nosso cotidiano escolar, na medida em que se absorve para dentro do processo educativo aquilo que somos. Desse modo, a prática da diferença e a realização do preconceito estão presentes em nossas salas de aula. Há também a transmissão, pela prática escolar, ao longo do processo educativo, da própria noção e da prática do preconceito. [...] mesmo quando não queremos ou mesmo quando somos contra o preconceito nós o praticamos e o transmitimos. [...] a

violência do preconceito não está na diferença que realizamos mentalmente, mas na forma como agimos com base nessa noção [...] é a atitude de recusa de aceitação do outro tal como é (Itani, 1997).

Existe uma importante diferenciação que se deve fazer quando se fala de ‘diferença’ e ‘preconceito’. A diferença não é necessariamente uma prática negativa no processo educativo, já que as diferenças existem de fato e não podem ser negadas.

Mas somente a aceitação da diferença pelo princípio da tolerância não é suficiente para a construção de uma sociedade mais justa. Deve-se pensar na solidariedade como virtude para o enfrentamento das diferenças injustas, ou seja, das desigualdades, dos preconceitos e das discriminações, através do princípio do respeito, a partir dos direitos humanos que consideram todos os cidadãos de forma igualitária, sem nenhum tipo de distinção.

O cotidiano escolar é rico para se pensar também a forma como o preconceito se estrutura na sociedade de forma geral já que é parte significativa e privilegiada daquilo que entendemos como mais geral – nossa comunidade, mas é também sem dúvida onde o preconceito pode ser combatido não só através de informação, mas também com a construção de valores como tolerância, ética, cidadania e principalmente o respeito.

CAPÍTULO 3: A DISCIPLINA DE FILOSOFIA E O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA PELO E NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE CURSO

No atual contexto de constantes mudanças em que vivemos, novas diretrizes, leis e regulamentos foram elencados a fim de dar início a uma nova discussão: a educação para a equidade, ou seja, a educação em busca da igualdade em que os direitos sejam iguais indiferentemente da raça, orientação sexual e escolhas religiosas do indivíduo.

No caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD são elencadas propostas de trabalho no ensino fundamental e médio no Brasil a partir do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, do Programa Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Além desses documentos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996, assegurou o direito à escola a todas as pessoas (brasileiras ou estrangeiras residentes no País), sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos.

Acredita-se que a escola e, em particular, a sala de aula, devem formar um ambiente privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças, pois a formação cidadã prioriza o desenvolvimento pleno dos sujeitos nelas inseridos, a fim de garantir que práticas homofóbicas sejam minimizadas nos ambientes escolares.

Nessa perspectiva busca-se entender como promover a educação sem homofobia na escola, com o objetivo de revelar a importância da educação para o combate a situações de preconceito e discriminação com relação à homossexualidade, apresentando a importância de se desenvolver estratégias didático-metodológicas para a construção de uma proposta pedagógica mais ampla no interior da escola.

Não se pode negar a importância do estudo sobre sexualidade na vida dos seres humanos, pois ela é experimentada ou revelada em expectativas, imaginações, anseios, crenças, posturas, valores, atividades práticas, papéis e convivências. Abrange, além do corpo, a história, os costumes, as relações afetivas, a cultura. É uma das dimensões do ser humano que abarca gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução.

Hoje já existe uma preocupação em se discutir a sexualidade dos jovens nas instituições escolares, buscando não só explicar os aspectos biológicos da sexualidade, mas aspectos médicos e aspectos psicológicos por meio da educação sexual. Estamos mais conscientes e conhecedores de que a sexualidade se faz presente em todas as etapas de nosso desenvolvimento como ser humano e à medida que passamos a refletir sobre ela e a conhecemos melhor, isso nos proporciona acréscimos de autoconfiança e autoestima, melhorando a qualidade de vida e de relacionamento interpessoal. (Maistro, 2006).

A sexualidade se manifesta diariamente em momentos aparentes e outros não; por isso é necessário falar deste assunto como qualquer outro, apesar de sabermos dos limites e das possibilidades que se encontram no âmbito escolar. E os limites se tornam ainda maiores quando o tema central das discussões é a homossexualidade, em relação ao qual, apesar de tantos avanços na educação em se discutir assuntos relacionados à sexualidade o mais abertamente possível, muitos educadores se sentem inseguros e sem embasamento teórico. Faltam estratégias específicas que os induzam a uma tarefa que promova um desenvolvimento efetivo de uma educação sexual. Acreditam que a educação sexual é imprescindível à formação do educando, porém encontram dificuldades ao trabalhar com a homossexualidade, que está presente em nossas vidas, tanto nas escolas, como na sociedade em geral.

“Os professores encarregados de educação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito. Se o lar está falhando neste campo, cabe à escola preencher lacunas de informações, erradicar preconceitos e possibilitar as discussões das emoções e valores” (Telles, 1992).

Cada um carrega dentro de si preconceitos, valores, medos e tabus. E o que dizer ou fazer quando em nossa sala de aula nos deparamos com este assunto? Torna-se então necessária uma educação sexual que busque a formação científica e que traga práticas que levem o indivíduo a ter uma vida digna e a ser um cidadão respeitado e que saiba respeitar as diferenças dos outros.

[...] o trabalho de Educação Sexual na escola, implica em planejamento e ações pedagógicas sistemáticas. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as

questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla. (MAISTRO, 2006, p. 6).

O ser humano ao nascer não traz a condição de ser heterossexual. A sociedade é que o faz ser homem ou mulher. É uma questão cultural que varia de povo para povo e que muda ao longo do tempo dentro de uma mesma sociedade, é algo que deve ser encarado com naturalidade, sem causa definida e encontrada em todos os povos. (MOTT, 2003). Assim, torna-se essencial que a família, a sociedade, a escola, o aluno e o professor estejam preparados para que, no momento em que as dúvidas e os problemas surgirem, eles possam ser encarados da maneira mais natural possível. Precisa-se levar em conta a estrutura de cada um, observando que o professor deve ter cuidado para não colocar suas emoções e deixá-las induzir seu trabalho. O educador deve ter uma atitude positiva e sadia em relação à própria sexualidade, para que ele possa ser capaz de tratar de forma natural às questões apresentadas.

Segundo as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, o estudo da sexualidade do aluno, que está inserida no conteúdo estruturante Corpo Humano e Saúde, deve permitir que ele promova o conhecimento científico para além do senso comum e que ele conheça e compreenda seu corpo revendo suas atitudes e seu comportamento em relação à sociedade e à comunidade em que está inserido.

É fundamental que a escola possa ajudar na formação da identidade e possibilitar um desenvolvimento mais harmonioso, porque todo mundo sabe que a sexualidade é fator essencial na questão da identidade: o “ser menino” ou o “ser menina”, o que é ser homem ou mulher, os comportamentos e ações de cada gênero. Essas são as primeiras questões que aparecem para as crianças na escola e têm a ver com essa identidade básica com a formação de sua personalidade. É importante trabalhar com um conceito amplo de relações de gênero, que mostre que há infinitas formas de ser homem e de ser mulher e de expressar isso. (EGYPTO. 2003:01)

Um projeto de educação sexual em uma escola deve ser realizado, pois por meio de reflexões sérias, pode levar o aluno a escolher os caminhos que tornem sua vida menos traumática. Neste projeto deve estar inclusa a ética e a cidadania; deve-se produzir conhecimentos científicos a partir dos conhecimentos prévios sobre sexualidade; permitir aos alunos que expressem seus valores e suas dúvidas; informar sobre temas como DST, uso de preservativos, prazer sexual e responsabilidade,

diversidade sexual, entre outros; mostrar que todos podem ter uma vida plena e digna, apropriando-se da cultura e da cidadania; libertar os alunos da ignorância, do preconceito, da alienação e das falsas consciências, buscando desenvolver as potencialidades de cada um.

A educação sexual não pode separar os elementos ‘família’, ‘escola’, e ‘sociedade’. Todos têm responsabilidade quanto a ela. E a escola não pode fugir desta responsabilidade, mesmo que a família se ausente nesse sentido, é responsabilidade e dever dela discutir o assunto com seus alunos, fingindo que isto não é de sua alçada e que não se manifesta em seu interior.

Buscar uma prática mais reflexiva para entender a importância da educação sexual nas instituições é necessário para que as mesmas tenham educadores preparados para desempenhar de forma significativa no sentido de que os alunos possam superar as suas dúvidas, ansiedades, angústias, pois “A criança chega à escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo. As dúvidas, as crendices e posições negativas serão transmitidas aos colegas”. (SUPLICY, 1990)

Quando se fala em educação sexual deve-se pensar numa intervenção localizada, organizada, sistematizada, que tenha a participação de profissionais treinados para esse trabalho, com formação específica para esta função evitando que haja apenas informação sexual que é uma pura e simples reprodução de definições e conceitos de biologia, pois, segundo Ribeiro

o orientador sexual é o agente transformador e multiplicador de valores e comportamentos dos indivíduos, grupos e da sociedade como um todo e este deve, antes demais nada, acreditar em sua proposta e na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexualidade e homossexualidade (1990:20).

Apesar da falta de consenso sobre a questão da orientação sexual, é de fundamental importância que nas escolas essa temática seja abordada de forma a minimizar as desigualdades decorrentes da sociedade heterossexista em que vivemos. A questão não é decidir se devemos tratar ou não deste tema ou qual a melhor definição para este, mas sim, saber como lidar com o mesmo, pois a sexualidade na escola aparece algumas vezes de forma velada e simbólica e, em outras, de forma obscena e

discriminatória. O espaço físico muitas vezes é usado como mural onde observa-se mensagens escritas em paredes, portas, carteiras e banheiros que não deixam dúvidas sobre a existência de uma sexualidade emergente e das curiosidades ligadas ao tema. Mesmo assim por vezes a escola realiza o pedido impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

Também se deve evitar a emissão dos próprios juízos de valor e opiniões como ‘verdades inquestionáveis’. Apesar de ser impossível ficar totalmente isento de opinar, é necessário uma permanente atenção para que as questões sejam expostas, refletidas e discutidas sem que apenas uma resposta prevaleça como verdade absoluta. O trabalho desenvolvido pelo professor deve estar pautado em um planejamento sistemático e transformador, visando à promoção do bem estar sexual a partir de valores baseados nos direitos humanos e relacionamentos de igualdade e respeito entre as pessoas. A educação sexual desenvolvida no contexto escolar deve ter como objetivo empregar professores com um preparo adequado para desempenhar de forma significativa o seu papel, auxiliando os alunos no esclarecimento de suas dúvidas, ansiedades, dificuldades e angústias, pois a criança chega na escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo (Suplicy, 1990).

A lacuna existente nos currículos dos cursos de formação de professores é um dos entraves para o desenvolvimento de um trabalho sistemático de orientação sexual no contexto escolar. Na formação de professores a grade curricular não contempla um conteúdo específico que aborde profundamente a temática fazendo com que os docentes sintam-se despreparados, passando a tratar o tema em suas aulas por um único aspecto, o das ciências biológicas, reduzindo a orientação sexual ao aparelho reprodutivo em detrimento das dimensões culturais, afetivas e sociais inerentes à sexualidade.

É imprescindível a capacitação e a conscientização do professor sobre o tema, pois o educando, ao chegar ao ambiente escolar traz consigo características e influências de contextos maiores, diante disso, a aprendizagem do indivíduo só pode ser entendida dentro de situações nas quais está inserido, em contextos como a família e a escola, que por sua vez fazem parte de contextos macros: culturais e sociais.

A aprendizagem é um fenômeno que se realiza através de uma rede de relações na qual estão os valores oriundos das interações familiares e sociais de uma determinada cultura e época. É de suma importância que o professor considere a subjetividade do educando e suas experiências socioculturais e familiares nas situações de aprendizagem,

pois a mesma é como uma rede de relações conectada por diversos fatores internos e externos.

Talvez o traço mais relevante de nossas identidades sociais se relacione a como nos posicionamos e somos posicionados pelos outros em termos de nossa sexualidade. Isso é assim, acredito, por causa de nossa procura por afeto e amor e também por causa de nossas necessidades sexuais. Isso se torna central no início da adolescência[...]exatamente porque é o momento em que as pessoas começam a se envolver com os significados/discursos do amor, do afeto e do sexo. Contudo, há poucos estudos na literatura das Ciências Sociais que têm examinado esse tipo de questão nas escolas (Moita Lopes, 2002: 98).

Respeito, compreensão e diálogo são os pilares de uma convivência pacífica, democrática e plural no âmbito institucional. Há que se pensar em ética, cidadania e democracia para a vida institucional! Há que se produzir políticas identitárias, políticas do desejo no âmbito institucional, social, político.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aprovadas em 2012, trazem a inclusão para a Orientação sexual em seu Art.16, Inciso XV, ainda versando em seu inciso o ingresso da identidade de Gênero, dentre outros, cabendo à escola a inserção destes em seu Projeto Político Pedagógico e a realização da prática em seu âmbito. No entanto, diversas pesquisas demonstram, que a orientação sexual está sendo abordada apenas a aspectos relacionados a doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e gravidez na adolescência, não ampliando esse tema para outros tipos de construção de família, ou trabalhando para o combate da homofobia.

A Filosofia não pode se eximir de sua responsabilidade nesse processo. No que tange especificamente à disciplina de Filosofia

A presença da disciplina de Filosofia nos currículos da Escola Básica brasileira é, sem dúvida, algo de maior relevância. A pertinência de sua obrigatoriedade, sobretudo no Ensino Médio, é cada vez mais incontestável entre os movimentos político-pedagógicos do país. Somente o legado deixado pela tradição filosófica que ainda se faz vivo e ativo no mundo e em nosso país, por si mesmo, poderia justificar essa presença, mas há ainda uma importância mais forte: cada vez mais na atualidade nos deparamos com a necessidade de oferecermos às gerações mais novas instrumentos cognitivos/ conceituais para exercerem a atividade filosófica (Mattar, Tomazetti e Danelon, 2013: 113)

Cabe à Filosofia, dessa forma, fazer a sua parte na formação do cidadão, conforme estabelece o próprio Ministério da Educação, através da Resolução Nº 04 de 2010, onde no seu Título 02, através das Referências Conceituais versa que

As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de:

- I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e aos direitos;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 5º A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Art. 6º Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

A base nacional comum dos currículos do ensino médio deve, conforme as Diretrizes, estar organizada a partir de três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Dessas três áreas de conhecimento é na das Ciências Humanas e suas Tecnologias que a Filosofia é situada perante a organização epistemológica das ciências. Essa área do conhecimento prevê habilidades e competências que permitem ao educando uma série de ações – cognitivas, éticas e

políticas – balizadoras para a construção de jovens conscientes, críticos, autônomos e atuantes nas esferas política, social, familiar e civil. Muitas dessas ações que a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias prevê formar no educando, encontram na filosofia sua morada.

Cabe ainda destacar que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da disciplina de Filosofia, estabelecidas pelo próprio Ministério da Educação e Cultura através do Parecer CNE/ CES 492/ 2001, uma das competências dessa disciplina se refere à capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.

Para se pensar em formar alunos conscientes livres de preconceitos e discriminações, a filosofia vai, dessa forma, desempenhar papel fundamental. A mudança na mentalidade pré-concebida arraigada de preconceitos pode encontrar aí um bom começo.

Assim, conceber em tempos atuais a existência de uma escola que não leve em conta a alteridade como ponto essencial do reconhecimento à diversidade e não pensar no estudo sobre a sexualidade inserida nos conteúdos das várias disciplinas da Educação Básica parece ser, no mínimo, algo irresponsável, uma vez que, segundo Louro a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (1997: 81).

Plano de Curso

A Filosofia é um modo de pensar, é uma postura diante do mundo. A filosofia não é um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo. Ela é, antes de tudo, uma prática de vida que procura pensar os acontecimentos além de sua pura aparência. Assim, ela pode se voltar para qualquer objeto. Pode pensar a ciência, seus valores, seus métodos, seus mitos; pode pensar a religião; pode pensar a arte; pode pensar o próprio homem em sua vida cotidiana. Diz-se que a Filosofia incomoda certos indivíduos e instituições porque questiona o modo de ser das pessoas, das culturas, do mundo. Isto é, questiona a prática política, científica, técnica, ética, econômica, cultural e artística.

Desse modo, compreender a importância do ensino da Filosofia no Ensino Médio é entendê-la como um conhecimento que contribui para a formação do aluno.

Cabe a ela indagar a realidade, refletir sobre as questões que são fundamentais para os homens, em cada época.

Refletir e entender uma questão presente e importante como essa que se apresenta neste Trabalho de Conclusão de Curso – a homossexualidade e o preconceito daí advindo – é fundamental numa disciplina como essa. A Filosofia se coloca com uma missão especial – refletir, pensar sobre algo – que deve ser trabalhada de forma a esclarecer futuros cidadãos que serão responsáveis pela formação de pensamentos vindouros.

A reflexão filosófica não é, pois, qualquer reflexão, mas rigorosa, sistemática e deve sempre pensar o problema em relação à totalidade, para alcançar a radicalidade do problema, isto é, ir à sua raiz. Esta deve ser a preocupação da escola ao trabalhar a disciplina de Filosofia no Ensino Médio: a busca pelo ensino da reflexão filosófica, instrumentalizando os alunos para estarem aptos a compreender e atuar em sua realidade.

1. Tema: O enfrentamento da homofobia pelo e no espaço escolar a partir do tema da homossexualidade em Foucault.

2. Conteúdo específico de Filosofia:

O tema em questão será abordado no conteúdo da disciplina de filosofia “Ética e filosofia moral” e “A moral e outras formas de comportamento humano”, além de estar incluído automaticamente na abordagem dos Direitos Humanos em sala de aula, no 3º Ano do Ensino Médio.

3. Objetivos Gerais:

- Contribuir para a compreensão dos elementos que interferem na construção do processo social através da busca do esclarecimento de conceitos pré-concebidos e considerados “naturais” em nossa sociedade.
- Formar o hábito da reflexão sobre a própria experiência possibilitando a formação de juízos de valor que subsidiem a conduta do sujeito dentro da escola e fora dela, a partir da influência da sociedade de forma geral.
- Estimular a atitude de respeito mútuo e o senso de liberdade e responsabilidade na sociedade em que vive considerando a escola como parte da vida do aluno.

- Desenvolver procedimentos próprios do pensamento crítico: apreensão de conceitos, argumentação e problematização.

4. Objetivos Específicos:

- Oportunizar momentos que facilitem o pensar e o pensar sobre o pensar;
- Trabalhar com textos que incluam termos e conceitos específicos sobre a temática da orientação Sexual e da Homofobia que facilitem a interação no contexto social;
- Debater questões contemporâneas que facilitem a compreensão da realidade a partir da temática em questão;
- Realizar atividades que levem o aluno a perceber a multiplicidade de pontos de vista e articulações possíveis entre os mesmos;
- Ler textos filosóficos de modo significativo;
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros;
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo, de forma a reconstruir os conceitos aprendidos;
- Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição em face de argumentos mais consistentes.

5. Materiais a serem utilizados para abordagem do tema em questão

- Artigo de Luan Carpes Barros Cassal e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho *“Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder”*, publicado na Revista de Psicologia da UNESP, Nº 10(2) no ano de 2011.
- Trecho do artigo de Vagner Matias do Prado e Arilda Ines Miranda Ribeiro *“Homofobia e educação sexual na escola Percepções de homossexuais no ensino médio”*, publicado na Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p. 137-152, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.
- Trechos do artigo de Francis Madlener e Nilson Fernandes Dinis *“A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana”* publicado pela Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Vol 19, Niteroi, 2007.

- Trechos de texto de Sandra Magrini Ferreira Mendes “*Homossexualidade: a concepção de Michel Foucault em contraponto ao conhecimento neurofisiológico do Século XXI*”, publicado na Revista Encontro de Psicologia, Vol. XI, Num. 16, 2007.
- Artigo de Marco Antônio Gambôa “*Homossexualidade e Preconceito: a maldição do mito de uma natureza humana*”, publicado na Revista Ensaaios Filosóficos, Volume VIII – Dezembro/2013.
- Demais conteúdos didáticos relacionados a Foucault, como trechos de suas obras e seus conceitos fundamentais, a saber “vontade de poder e vontade de saber”, “dispositivos sociais e sexuais”, “rotas de fuga”, “identidade sexual”.
- Vídeos sobre homossexualidade e homofobia disponíveis no canal youtube, como por exemplo:

<https://www.youtube.com/watch?v=W-4o5FHeaXY>,

<https://www.youtube.com/watch?v=2sRbcCIIHO8>,

<https://www.youtube.com/watch?v=ypHzQj8f-Wo>.

6. Encaminhamentos metodológicos:

Tendo em vista os objetivos propostos nas Diretrizes Curriculares de Filosofia da Secretaria do Estado da Educação (SEED/ PR) e no Plano Político Pedagógico (PPP) do colégio, as aulas serão no sentido de levar o aluno a questionar sua realidade, analisar, comparar, decidir, planejar e expor ideias, bem como ouvir e respeitar as de outrem configurando um sujeito crítico e criativo. Igualmente, as atividades nas aulas ocorrerão conforme o tema tratado exige: a sensibilização propriamente dita (através da problematização em questão), aulas expositivas (com abertura ao debate), estudo e reflexão de textos de Foucault, abordando ideias como as de “vontade de poder e de saber”, “dispositivos sociais e sexuais”, “rotas de fuga”, “identidade sexual”, de caráter filosófico e que possam dar margem à reflexão de cunho filosófico. Redação e apresentação de trabalhos, em que os alunos demonstrarão ou não a apreensão dos temas e problemas investigados através da criação de conceitos. Dessa forma, cremos estar caminhando em direção ao desenvolvimento de valores importantes para a formação do estudante do ensino médio: solidariedade, responsabilidade e compromisso pessoal, além de estar trabalhando de forma a afirmar a abordagem dos Direitos

Humanos em sala de aula, contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual.

7. Proposta de Avaliação:

A proposta de trabalho para os alunos e a avaliação ocorrerá no sentido de contribuir tanto para o professor, possibilitando avaliar a própria prática, como para o desenvolvimento do aluno, permitindo-lhe perceber seu próprio crescimento e sua contribuição para a coletividade. Será, portanto, de caráter diagnóstico e somativo (em caráter de zero a dez), conforme o desempenho individual e/ou coletivo. Serão adotados como instrumentos de avaliação:

- Textos produzidos pelos alunos;
- Participação em sala de aula;
- Atividades e exercícios realizados em classe ou extra-classe;
- Atividades de pesquisa através do laboratório de informática;
- Apresentação dos temas (oral ou escrita) em estudo;
- Registro das aulas, conforme a necessidade;
- Relatório de vídeo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo social se organiza segundo a lógica das diferenças, quando a escola trata o tema da homossexualidade de forma desigual, estará reproduzindo a ideia de que as relações sociais, afetivas e amorosas têm que ser somente segundo a heterossexualidade.

A partir do momento que são negadas a discussão, compreensão e tolerância à homossexualidade, a escola deixa de ser um dos espaços para jovens homossexuais, o segundo mais importante, logo depois da família. O que os faz buscar outros espaços ou territórios. O território pode ser entendido como um produto da subjetividade de indivíduos ou grupos sociais que se apropriam de determinados espaços da cidade, logo é um espaço social (Souza, 1995). A construção dos territórios é um processo dinâmico de atribuição de significados.

O espaço escolar tem um papel importante na construção da cidadania e na consolidação dos valores democráticos. Uma escola que ensine o princípio do respeito, possibilitando a liberdade de existência desse outro, o diferente por excelência (o pobre, o negro, a mulher, o deficiente físico, o homossexual, o umbandista) em que existe tanta dificuldade de visualizar e entender ajudaria muito na construção de uma sociedade mais igualitária.

Sociedade igualitária essa que parece distante de existir quando se pensa que um quarto dos estudantes ouvidos pela Unesco em sua pesquisa não gostariam de ter um colega de classe homossexual.

A escola ainda mostra certa ignorância sobre a sexualidade, ela que deveria ser um lugar de construção do conhecimento, produz, o seu ocultamento, evidenciando também negligência em relação ao tema, que se apoia em mitos baseados na heterossexualidade.

A escola é um dos locais para a discussão da homossexualidade.

Via de regra, a questão da sexualidade na escola e também na sociedade ganha relevância graças à ação dos movimentos sociais, feministas, gays, direitos humanos, grupos e núcleos de pesquisas nas universidades.

A exposição da homossexualidade, por tanto tempo confinada ao espaço privado, ganha destaque nos meios de comunicação com repercussão na sociedade. O público em torno desse acontecimento se torna, a cada ano, mais diversificado. A parada se tornou mais do que uma grande festa, mas também mecanismo utilizado pelo Movimento Homossexual de quebras de preconceitos e estereótipos, é uma forma de

propiciar o convívio social entre diferentes manifestações de sexualidade. Nota-se também nesse evento a expressiva presença de jovens, talvez por causa do colorido, da grande mistura de *tipos*, pois a juventude é caracterizada também pela sua alegria, pelo movimento e ímpeto natural, o que pode ser encontrado neste evento.

O movimento homossexual atual está mais organizado, existem várias organizações não-governamentais que possuem o objetivo de trabalhar com educação para o desenvolvimento e fortalecimento dessas pessoas como cidadãos na luta diária. Surgem assim, espaços sociais homossexuais específicos, mas também a capacidade de levar as ações educativas para outros espaços de sociabilidade homossexuais e também heterossexuais como bares, boates e algumas escolas.

Outros territórios podem ser criados para a discussão da sexualidade, mas a escola é de fato espaço central de expressão da sexualidade juvenil. A discussão da sexualidade/ homossexualidade na escola não é final e nem contempla conclusivamente todos os aspectos da vida sexual, mas pode ter consequências e ramificações políticas e pedagógicas nesta e em outras dimensões da vida social.

De modo particular, a escola, o tema da Diversidade Sexual se apresenta timidamente apresentado naquilo que se convencionou chamar de tema transversal. Trata-se como tema transversal questões ligadas à sexualidade, desejo, amor, casamento, namoro, ficar, gravidez, entre outros, e entre eles, se deveria trabalhar também a orientação sexual.

Assim, a questão da sexualidade no âmbito da escola ganha espaço, mas perde em profundidade já que nas poucas vezes quando se discute sobre o tema isso é feito numa abordagem que não interessa ao público, muito embora alunos e professores defendam a importância dele como assunto pedagógico. Restam então aos movimentos sociais, grupos gays e grupos de pesquisa nas instituições de ensino superior trabalharem com a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M. (Org.) **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.
- Baptista, L. A. **A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas**. In: Cidade dos Sábios. São Paulo: Summus, 1999.
- BOMFIM, S. S. **Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Colegiado de Pedagogia. Campus I: Salvador, 2009.
- BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília, on-line: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/>, vários acessos.
- BRASIL. **Resolução Nº 04, de 13 de Julho de 2010**. Brasília: MEC, CNE, CEB, 2010.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRITZMAN, D. **O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas do Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Fernando Luiz. **O que é orientação sexual?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CASSAL, L. C. B.; BICALHO, P. P. G. **Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder**. Revista de Psicologia da UNESP 10(2), São Paulo: UNESP, 2011.
- CASSAL, L. C. B., GARCIA, A. M. & BICALHO, P. P. G. **Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização**. Psico (PUC-RS), 2011b.
- CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 001/1999**. Disponível em: <http://www.pol.org.br/legislacao/resolucoes.cfm?ano=1999>.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. In: **Educação e pesquisa**. Vol. 28, num. 01. São Paulo, jan/jun 2002.
- DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

- EGYPTO, A. C. (Org) **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: editora Cortez, 2003.
- FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Revista Brasileira de Educação, Nº 25. Juiz de Fora: UFJF, 2004.
- FERRAZ, M.C.F. **Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a comunicação**. Revista Brasileira de Ciência da Comunicação. Nº 28, 2005.
- FORD, C. & BEACH, F. **Patterns of sexual behavior**. London: Eyre & Spottiswoode, 1952.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- _____. **Sobre a história da sexualidade**. In: Microfísica do Poder (Foucault Org.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Da amizade como modo de vida**. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [S.l.], n. 25, p. 38-39, abr. 1981. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>.
- _____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- _____. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Historia da sexualidade – Vol. II: O uso dos prazeres**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. **Silêncio, Sexo e Verdade**. ("Une interview de Michel Foucault par Stephen Riggins). In: Dits et écrits. Paris: Gallimard, pp. 525-538. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, 1994.
- _____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. Aula de 17/03/76. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Sexualidade e Poder**. Em Ética, Sexualidade, Política: Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.
- _____. **O combate da castidade**. Em Ética, Sexualidade, Política: Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

_____. **Da amizade como modo de vida.** Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>. Acesso em 08/2015.

_____. **Entrevistas** (com Roger Pol-Droit). Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **“Foucault”**. In: Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado da Motta. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel e SENNETT, Richard "Sexuality and solitude", in London Review of Books, 21 May - 3 June, 1981, pp. 04-07 Tradução: Lígia Melo da Costa, Maria Beatriz Chagas Lucca e Sérgio Augusto Chagas de Laia.

FURLANI, J. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GAMBOA, M. A. **Homossexualidade e Preconceito: a maldição do mito de uma natureza humana.** Ensaios Filosóficos, Volume VIII – Dezembro/2013.

GOLDENSON, R.M. 7 ANDERSON, K.M. **Dicionário de sexo.** São Paulo: Ática, 1989.

GUERIN, D. **A revolução sexual.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

ITANI, A. **Subterrâneos do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURO, G. L. Práticas educativas feministas: proposições e limites. In: **Gênero, sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, Vol 09, Nº 02, 2001.

MADLENER, F.; DIZNIS, N.F. **A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana.** Revista do Departamento de Psicologia. Vol 19 num. 01, Niteroi: UFF, 2007.

MAISTRO, V.I.A. **Projetos de Orientação Sexual nas escolas: seus limites e suas possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006.

MATTAR, A. M.; TOMAZETTI, E. M.; DANELON, M. Filosofia como disciplina escolar. In: CARVALHO, M.; CORNELLI, G. **Filosofia e Formação.** Cuiabá: Central de Texto, 2013.

- MENDES, S. M. F. **Homossexualidade: a concepção de Michel Foucault em contraponto ao conhecimento neurofisiológico do Século XXI**. Encontro – Revista de Psicologia. Vol. XI, Nº 16, Valinhos: 2008.
- MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- MOTT, L. **Homossexualidade: Mitos e Verdades**. Editora Grupo Gay da Bahia. Salvador, 2003.
- _____. **O/A jovem homossexual na escola. Noções básicas de Direitos Humanos para Professores/as da Educação Básica**. No prelo, 2009.
- RIBEIRO, M.O. **A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem**. Revista da Escola de Enfermagem, v. 33, n. 4, p. 358-63. São Paulo: USP, 1999.
- Ribeiro, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU. 1990.
- SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. M. **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, E.C.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- SULLIVAN, A. **Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 16 ed, RJ: Vozes, 1990.
- TELES, M. L. S. **Educação, a revolução necessária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- VIDAL, M. **Homossexualidade: Ciência e consciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.